

**GERD FOERSTER**

Doutor em Direito  
Advogado

# **O “TRUST” DO DIREITO ANGLO-AMERICANO E OS NEGÓCIOS FIDUCIÁRIOS NO BRASIL**

## **Perspectiva de Direito Comparado (Considerações sobre o Acolhimento do “Trust” pelo Direito Brasileiro)**

**Sergio Antonio Fabris Editor**  
Porto Alegre / 2013

© Gerd Foerster

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

F654t Foerster, Gerd

O “*trust*” do Direito Anglo-Americano e os negócios fiduciários no Brasil : perspectiva de direito comparado (considerações sobre o acolhimento do “*trust*” pelo direito brasileiro) / Gerd Foerster. – Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Ed., 2013.

917 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 978-857525-599-5

1. Negócio Fiduciário : Common Law. 2. Fideicomisso : Direito Comparado. 3. Fundação : Direito Internacional Privado. 4. Contrato Real. I. Título.

CDU – 347.467

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Diagramação e Arte

PENA – Composição e Arte

Fone: (51) 3434-2641

CNPJ 94618667/0001-04

Porto Alegre - RS

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, à  
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR

Rua Riachuelo, 1238

CEP 90010-273

Fone: (51) 3227-5435 (Geral)

email: [fabriseditor@terra.com.br](mailto:fabriseditor@terra.com.br)

[www.fabriseditor.com.br](http://www.fabriseditor.com.br)

Porto Alegre - RS



Rua Santo Amaro, 345

CEP 01315-001

Fone: (11) 3101-5383

São Paulo - SP

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
PREFÁCIO.....	19
INTRODUÇÃO .....	21
I - O “ <i>TRUST</i> ” ANGLO-AMERICANO NO CONTEXTO DA “ <i>COMMON LAW</i> ” E “ <i>EQUITY</i> ” .....	33
1. “ <i>Common Law</i> ” - Formação Histórica .....	35
1.1. Introdução .....	35
1.2. Prolegômenos Históricos .....	36
1.3. A “ <i>Common Law</i> ” em sua fase inicial.....	43
1.4. A não-recepção do Direito Romano.....	45
1.5. A Formação e Evolução da “ <i>Equity</i> ” (Início do Séc. XVI a 1875).....	48
1.6. A Estrutura Dualista do Direito Inglês.....	53
1.7. Soluções Jurisdicionais geradas pela Aplicação da “ <i>Equity</i> ” .....	55
1.8. Período Moderno.....	59
1.9. O Papel Diferenciado dos Juizes e Tribunais .....	63
1.10. “ <i>Common Law</i> ” e “ <i>Equity</i> ” face ao Direito Codificado .....	66
2. A Evolução Histórica do “ <i>Use</i> ” e do “ <i>Trust</i> ” .....	70
2.1. Introdução .....	70
2.2. A Natureza da Propriedade e Posse da Terra no Direito Anglo-saxão.....	73
2.2.1. O Conceito de “ <i>Feudo</i> ”, “ <i>Tenure</i> ”, “ <i>Estate</i> ” e “ <i>Interest</i> ” .....	73
2.2.2. A Divisão do Direito de Propriedade sob “ <i>Civil Law</i> ” e “ <i>Common Law</i> ” .....	77



2.3. Formação do Instituto do "Use" .....	78
2.4. O Apogeu do Instituto do "Use" .....	83
2.5. O Ressurgimento do "Use" na Forma de "Trust" .....	85
2.6. A Evolução da Doutrina e Jurisprudência sobre o "Trust" .....	89
 3. Conceituação e Características do "Trust" .....	 94
3.1. Definições Clássicas.....	94
3.2. Definições Clássicas Externas à "Common Law" .....	96
3.3. Conceito de "Trust" de acordo com a XV Convenção Internacional de Haia.....	98
3.4. Conceito de "Underhill & Hayton" e os Sujeitos do "Trust" .....	104
3.5. Conceito Estrutural de WATERS .....	111
3.6. Classificação dos "Trusts" quanto à formação .....	113
3.6.1. "Express Trusts" .....	113
3.6.2. "Implied Trusts" .....	114
3.7. Classificação dos "Trusts" quanto à outorga dos benefícios .....	116
3.7.1. "Trusts Determinísticos" .....	116
3.7.2. "Discretionary Trusts" .....	117
3.7.2.1. Introdução.....	117
3.7.2.2. Funcionalidade e Aplicações .....	118
3.7.2.3. Natureza do direito do "Beneficiary" nos "Trusts Discricionários" .....	121
3.7.2.4. Amplitude dos poderes outorgados ao "Trustee".....	122
3.7.2.5. "Powers of Advancement" .....	126
3.7.2.6. "Administrative Powers" e "Dispositive Powers" .....	126
3.7.2.7. A figura do "Protector" .....	127
3.8. Outras classificações de "Trusts" .....	128
3.8.1. "Trusts inter-vivos" e "Trusts mortis-causa" .....	128
3.8.2. "Active Trusts" e "Passive Trusts" .....	129
3.8.3. "Trusts" gratuitos e onerosos .....	130
3.9. A definitiva constituição de um "Trust" .....	131
3.9.1. "Certainty of property" .....	132
3.9.2. "Certainty of object" .....	132
3.9.3. "Certainty of Intention" .....	134
3.10. Modalidades Especiais de "Trusts" .....	135
3.10.1. "Bare Trusts" .....	135
3.10.2. "Secret Trusts" .....	135
3.11. Comparação do "Trust" com figuras jurídicas similares.....	136
3.11.1. "Agency" e "Trust" .....	136
3.11.2. "Contract" e "Trust" .....	138
3.11.3. "Loan (creditor-debitor relationship)" e "Trust" .....	140
3.11.4. "Bailment" e "Trust" .....	141

3.11.5. “Corporation” e “Trust” .....	142
3.12. A Divisão do Direito de Propriedade no “Trust” .....	143
4. Aplicações do “Trust” na Modernidade .....	147
4.1. A Flexibilidade do “Trust” .....	147
4.2. As Principais Aplicações do “Trust” .....	148
4.3. “Purpose Trusts” e “Charitable Trusts” .....	150
4.3.1. Charitable “Trusts” .....	151
4.3.2. Non-charitable “Purpose Trusts” .....	153
4.4. “Pension Trusts” .....	155
4.4.1. “Pension Trusts” Típicos .....	155
4.4.2. Outros “Trusts” Laborais .....	158
4.5. “Investment Trusts” .....	159
4.5.1. “Investment Trusts” propriamente ditos .....	159
4.5.2. “Saving trusts” .....	161
4.5.3. “Real Estate Development Trusts” .....	161
4.5.4. Outras modalidades de “Investment Trusts” .....	161
4.6. “Security Trusts” .....	162
4.6.1. “Debenture Trust” e “Papers Trust” .....	163
4.6.2. “Receivables Trust” ou “Trust de Recebíveis” .....	164
4.6.3. “Project trust” ou “Project Financing Trust” .....	165
4.7. “Holding Trusts” .....	166
4.7.1. “Trust” de Custódia de Valores Mobiliários .....	166
4.7.2. “Trust” de Custódia de Investimentos .....	167
4.7.3. “Trust” de Custódia de Valores Financeiros .....	167
4.7.4. “Voting trust” .....	168
4.7.5. “Trust” de Custódia de Mercadorias (“trust for sale”) .....	168
4.7.6. “Trust” de Garantia de Indenizações .....	169
4.7.7. “Trust” de Garantia de Performance .....	169
4.7.8. “Bankruptcy Trust” .....	170
4.8. “Land Trusts” ou “Trusts” Imobiliários .....	170
4.8.1. “Land trust” ou “Trust Imobiliário Propriamente Dito” .....	171
4.8.2. “Security Land trust” ou “Trust Imobiliário em Garantia” .....	171
4.8.3. “Leasing Land trust” ou “Trust Imobiliário em Leasing” .....	172
4.8.4. Outras Modalidades de “Trust Imobiliário” .....	172
4.9. Modalidades de “Trusts” em Jurisdições “Off-shore” .....	173
II - O “TRUST” EM UMA ABORDAGEM MEDIATA - OS NEGÓCIOS	
FIDUCIÁRIOS .....	177
A) Evolução Histórica do Negócio Fiduciário .....	177
1. Introdução .....	179
2. Significado da Expressão Fidúcia .....	181



3. A "Fidúcia" no Direito Romano.....	182
3.1. Notícia Histórica .....	182
3.2. Divisões da Fidúcia Romana.....	187
3.2.1. " <i>Fiducia cum Amico</i> " .....	189
3.2.2. " <i>Fiducia cum Creditore</i> " .....	191
3.2.3. O Destino da Fidúcia Romana .....	194
3.3. A Contribuição da Fidúcia Romana para a Fidúcia Moderna .....	194
4. As Instituições Similares na Evolução do Direito Germânico .....	196
4.1. Notícia Histórica .....	196
4.2. A Contribuição da Fidúcia Germânica para a Fidúcia Moderna.....	200
5. O " <i>Trust</i> " e Instituições Similares de Direito Anglo-Saxão e a " <i>Fiducia</i> " .....	204
5.1. Notícia Histórica .....	204
5.2. A Contribuição do " <i>Trust</i> " para a Fidúcia Moderna .....	208
B) Morfologia, Estrutura e Funções dos Negócios Fiduciários à Luz do Direito Comparado.....	211
1. Introdução.....	213
1.1. A Poliedricidade do Moderno Negócio Fiduciário.....	213
1.2. Necessidade do Negócio Fiduciário .....	216
2. Conceito e Características do Negócio Fiduciário.....	217
2.1. Evolução da Noção de Negócio Fiduciário .....	217
2.2. A Incongruência entre Meio e Fim no Negócio Fiduciário .....	231
2.3. O Negócio Fiduciário e a " <i>Fraus Legis</i> " .....	236
2.4. Causa e Abstração na Teoria do Negócio Fiduciário .....	239
2.5. A Autonomia da Vontade.....	246
3. Estrutura, Elementos e Efeitos do Negócio Fiduciário.....	248
3.1. Elementos do Negócio Fiduciário .....	248
3.1.1. Elementos Essenciais .....	248
3.1.2. Elemento Real.....	251
3.1.3. Elemento Obrigacional .....	251
3.2. Efeitos do Negócio Fiduciário.....	253
3.3. Classificação do Negócio Fiduciário.....	258
4. Distinção Entre o Negócio Fiduciário e Institutos Afins .....	259
4.1. Negócio Fiduciário e Negócio Simulado .....	259
4.1.1. Retrospecto Histórico.....	259
4.1.2. A Redução Sumária do Negócio Fiduciário a Simulação .....	263

4.1.3. A Corrente Mista .....	266
4.2. A Corrente Afirmativa da Autonomia do Negócio Fiduciário ....	266
4.2.1. Negócio Fiduciário e Negócio Absolutamente Simulado .....	267
4.2.2. Negócio Fiduciário e Negócio Relativamente Simulado .....	270
4.3. Negócio Fiduciário e Negócio Indireto .....	273
4.4. Negócio Fiduciário e Negócio de Confiança.....	283
5. A Práxis do Hodierno Negócio Fiduciário .....	286
5.1. O Escopo da Moderna Fidúcia .....	286
5.2. O Negócio Fiduciário na Evolução Histórica do Direito Brasileiro .....	286
5.3. Figuras Concretas de Negócios Fiduciários .....	293
5.3.1. Venda com Finalidade de Garantia .....	295
5.3.2. Venda com Finalidade de Gestão.....	298
5.3.3. Venda para Recomposição de Patrimônio .....	299
5.3.4. Venda com Reserva de Domínio.....	299
5.3.5. Doação Fiduciária .....	300
5.3.6. Cessão Fiduciária de Crédito .....	300
5.3.7. Endosso Fiduciário de Títulos de Crédito .....	302
5.3.8. Titularidade Fiduciária de Direitos de Acionista .....	303
5.3.9. Negócio Misto com Doação.....	305
5.3.10. Conclusão .....	307
5.4. Os Negócios Fiduciários frente à Jurisprudência Brasileira.....	307
5.4.1. Precedentes Notórios .....	307
5.4.2. Casos envolvendo Distinção entre Negócios Fiduciários e Negócios Simulados .....	314
5.4.3. Casos em que o Negócio Fiduciário é Acolhido em sua Acepção Romana (Efeitos " <i>In Personam</i> " para o Fiduciante).....	321
5.4.4. Casos em que o Negócio Fiduciário é Acolhido com efeitos " <i>In Rem</i> " para o Fiduciante.....	327
5.4.5. Casos em que o Negócio Fiduciário não é reconhecido por Ausência de Pressupostos Fáticos .....	336
5.4.6. O Negócio Fiduciário e a Procuração em Causa Própria .....	343
5.4.7. Casos em que se Tecem Restrições à Configuração do Negócio Fiduciário.....	345
5.4.8. Da Validade dos Negócios Fiduciários no Brasil.....	348
III - O "TRUST" EM ABORDAGEM IMEDIATA – AS INSTITUIÇÕES FIDUCIÁRIAS ASSIMILÁVEIS AO "TRUST" À LUZ DO DIREITO COMPARADO – O MÉTODO ANALÓGICO.....	351
A) O "Trust" em Abordagem Imediata – Instituições Fiduciárias Clássicas Assimiláveis ao "Trust" .....	355
1. A Substituição Fideicomissária Pré-Codificada .....	357



1.1. O " <i>Fideicomissum</i> " no Direito Romano.....	357
1.2. A Substituição Fideicomissária no Direito Luso.....	359
1.3. A Substituição Fideicomissária e a Evolução Histórica do Direito Brasileiro .....	360
1.4. A Necessidade da Substituição Fideicomissária .....	362
2. A Substituição Fideicomissária Sob o Direito Civil Codificado.....	367
2.1. Definição e Natureza da Substituição Fideicomissária .....	367
2.2. Sujeitos e Objeto da Substituição Fideicomissária.....	370
2.3. Direitos e Deveres do Fiduciário e Efeitos de Sua Cessão a Terceiros .....	374
2.4. Direitos e Deveres do Fideicomissário.....	375
2.5. O Fideicomisso por Ato " <i>Inter Vivos</i> " .....	376
2.6. Limites do Fideicomisso-Quanto ao Grau, à Legítima e ao Direito de Acrescer.....	381
2.7. Efeitos da Renúncia ao Fideicomisso e sua Caducidade .....	384
2.8. Efeitos do Fideicomisso quanto a Irretratabilidade .....	388
2.9. Fideicomisso de Resíduo.....	389
2.10. Casos Especiais de Fideicomisso .....	391
2.11. A Sub-Rogação no Fideicomisso .....	394
2.12. A Substituição Fideicomissária no Contexto Latino-Americano .....	396
2.13. Perspectivas da Substituição Fideicomissária para Implementação do " <i>Trust</i> " .....	402
3. A Comissão (vulga Comissão Mercantil).....	405
3.1. Prolegômenos Históricos .....	405
3.2. Definição e Perfil Dogmático.....	409
3.2.1. Definição.....	409
3.2.2. Distinção de Figuras Afins.....	410
3.2.3. Perfil Dogmático.....	412
3.3. Características Essenciais.....	413
3.4. Espécies.....	416
3.5. Celebração do Contrato: Negócio Fiduciário ? .....	416
3.6. Das Obrigações do Comitente para com o Comissário .....	418
3.7. Das Obrigações do Comissário para com o Comitente .....	418
3.7.1. Cumprimento de Ordens e Instruções .....	418
3.7.2. Dever de Informação.....	419
3.7.3. Dever de Zelo e Guarda de Bens Recebidos .....	420
3.7.4. Dever de Prestar Contas .....	421
3.7.5. Dever de Cobrança.....	422
3.7.6. Proibição de Adquirir Mercadorias para Si.....	422
3.7.7. Outras Obrigações.....	423



3.8. Das Obrigações do Comitente e do Comissário Ante Terceiros .....	423
3.9. Da Remuneração do Comissário .....	424
3.10. Da Comissão com a Cláusula ' <i>Del Credere</i> ' .....	425
3.10.1. Características .....	425
3.10.2. Forma e Prova .....	426
3.10.3. Natureza Jurídica .....	426
3.10.4. Da Execução da Comissão ' <i>Del Credere</i> ' e suas Variantes ...	427
3.11. Da Revogação, Resilição e Extinção Contratual .....	428
3.12. A Comissão na América Latina .....	429
3.13. Os Novos Caminhos da Comissão .....	430

### III - B) O "*Trust*" em Abordagem Imediata – Outras Instituições

Fiduciárias Assimiláveis ao " <i>Trust</i> " .....	431
1. A Alienação Fiduciária da Lei Nº 4.728, de 14.07.1965 e o Decreto-Lei Nº 911, de 11.10.1969 .....	433
1.1. A Instituição Brasileira e seu Contexto Sócio-Econômico .....	433
1.2. Breve Notícia Histórica .....	435
1.3. Natureza da Alienação Fiduciária Brasileira .....	437
1.4. Conceito e Estrutura Jurídica .....	440
1.4.1. Os Elementos da Relação Jurídica .....	441
1.4.2. Alienação Fiduciária e Propriedade Fiduciária .....	445
1.5. Distinção com Instituições Afins .....	447
1.5.1. Alienação Fiduciária e Penhor .....	447
1.5.2. Alienação Fiduciária e Mandato .....	448
1.5.3. Alienação Fiduciária e Depósito .....	448
1.5.4. Alienação Fiduciária e Venda com Reserva de Domínio .....	449
1.5.5. Alienação Fiduciária e Retrovenda .....	450
1.5.6. Alienação Fiduciária em Garantia e Negócio Fiduciário .....	452
1.6. Aspectos Operacionais da Alienação Fiduciária em Garantia .....	453
1.6.1. Elementos Essenciais e Estipulações Adjetas .....	453
1.6.2. Efeitos Jurídicos do Registro .....	454
1.6.3. As Ações de Depósito e de Busca e Apreensão .....	456
1.7. Cessão, Sub-Rogação e Extinção e Quebra .....	458
2. A Alienação Fiduciária da Lei Nº 9.514, de 20.11.1997 .....	460
2.1. Novas Tendências no Mercado Imobiliário no Brasil .....	460
2.2. Conceito e Características Essenciais .....	462
2.3. Da Propriedade Resolúvel, da Propriedade Fiduciária e da Propriedade Hipotecária .....	463
2.3.1. Características da Propriedade Resolúvel .....	464
2.3.2. Características da Propriedade Fiduciária .....	466
2.3.3. Da Propriedade Fiduciária e da Propriedade Hipotecária .....	467
2.4. Forma, Requisitos e Estrutura Jurídica .....	468

2.5. Elementos Jurídicos - Sujeitos e Objeto de Direito .....	469
2.6. Os Direitos do Fiduciário na Propriedade Fiduciária .....	471
2.7. Os Direitos do Fiduciante na Propriedade Fiduciária .....	471
2.8. O Registro de Imóveis e os Efeitos Ante Terceiros .....	473
2.9. Cessibilidade de Direitos do Fiduciário .....	474
2.9.1. Breve Histórico .....	474
2.9.2. Cessão de Direitos do Fiduciário – Mecanismo .....	475
2.9.3. Certificado de Recebível Imobiliário (“CRI”) .....	475
2.9.4. Processo de Securitização .....	476
2.10. Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios .....	477
2.10.1. Primórdios do Instituto .....	477
2.10.2. A Nova Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios .....	478
2.10.3. A Questão da Titularidade Fiduciária dos Direitos Creditórios e os Sujeitos da Relação Jurídica .....	479
2.10.4. Direitos do Cessionário-Fiduciário .....	480
2.10.5. Efeitos da Falência ou Insolvência do Fiduciante-Cedente .....	480
2.10.6. Considerações Finais .....	481
3. Novas Tendências da Propriedade Fiduciária .....	481
3.1. A Alienação Fiduciária frente à Nova Constituição de 1988 .....	481
3.2. Adoção da Alienação Fiduciária como Contragarantia .....	482
3.3. A Influência do Código de Defesa do Consumidor .....	483
3.4. O Patrimônio de Afetação na Incorporação Imobiliária .....	487
4. A Procuração (ou Mandato) em Causa Própria .....	489
4.1. As Origens Romanas .....	490
4.2. A Assimilação pelo Direito Luso .....	492
4.3. O Direito Pré-Codificado Brasileiro .....	493
4.4. A Evolução sob o Direito Codificado .....	495
4.5. Elementos Fundamentais .....	496
4.6. A Discussão sobre a Efetiva Transmissibilidade .....	497
4.7. Análise das Principais Questões e seus Efeitos Jurídicos .....	502
4.7.1. Título Hábil para Transmitir Domínio ? .....	502
4.7.2. A Questão do Autocontrato .....	503
4.7.3. A Discussão da Irrevogabilidade .....	504
4.7.4. A Questão da Inextingüibilidade Ante a Morte .....	507
4.8. Substabelecimento do Mandato em Causa Própria .....	509
4.9. Tendências Atuais da Procuração em Causa Própria .....	510
5. A Gestão de Negócios .....	511
5.1. Introdução e Notícia Histórica .....	511
5.2. Definição e Perfil Dogmático .....	513
5.3. Distinção de Institutos Afins .....	514



5.4. Natureza Jurídica e Características Básicas .....	515
5.5. Obrigações do Gestor para com o Dono do Negócio .....	517
5.6. Obrigações do Dono do Negócio para com o Gestor .....	520
5.7. Obrigações do Dono do Negócio Frente a Terceiros .....	522
5.8. Perspectivas para a Gestão de Negócios .....	523
6. O Agente Fiduciário dos Mercados de Valores .....	524
6.1. Introdução .....	524
6.2. Da Nomeação e Substituição do Agente Fiduciário .....	525
6.3. Dos Requisitos e Incompatibilidades para a Função .....	527
6.4. Das Obrigações do Agente Fiduciário .....	528
6.5. Funções Especiais do Agente Fiduciário .....	529
6.6. A Repercussão do Instituto e sua Extensão para Outros Aplicativos do Mercado de Capitais e Valores .....	531
7. A Fundação .....	532
IV - ALTERNATIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO "TRUST" NO DIREITO BRASILEIRO .....	
1. A Discussão da Implementação do "Trust" no Brasil .....	539
1.1. Introdução - O "Trust" e as Instituições Fiduciárias no Brasil ....	539
1.2. A Possibilidade de Transplântio Direto do "Trust" .....	551
1.3. O "Trust" Anglo-Americano e as Cortes Brasileiras – Estudo de Casos .....	564
1.4. A Possibilidade de Implementação do "Trust" Via Especialização Normativa .....	574
1.5. Necessidade de Introdução de uma Legislação Específica sobre o "Trust" no Brasil .....	589
2. O Projeto de Lei - "Contrato de Fidúcia" de Orlando Gomes .....	593
2.1. Antecedentes do Contrato de Fidúcia .....	593
2.2. Características Essenciais .....	594
2.3. Definição, Aspectos Conceituais e Taxinomia .....	596
2.4. Elementos da Relação Jurídica .....	599
2.5. Formas de Instituição .....	601
2.6. O Contrato de Fidúcia e a Substituição Fideicomissária .....	603
2.7. Modalidades de Fidúcia .....	605
2.8. Direitos e Deveres das Partes Envolvidas .....	606
2.9. Extinção da Fidúcia .....	610
2.10. Conclusões .....	610

3. Correntes Teóricas para à Implementação Concreta de uma Instituição Fiduciária de “Civil Law” Via Especialização	
Normativa .....	611
3.1. Introdução .....	611
3.2. Teoria da Outorga ou “Fideicomisso-Mandato” .....	612
3.3. Teoria da Afetação ou do Patrimônio Autônomo ou Sem Titular .....	618
3.4. Teoria do Desdobramento do Direito de Propriedade .....	626
3.5. Teoria do Negócio Jurídico Fiduciário .....	632
3.6. Conclusões.....	637
4. Experiências de Implementação do “Trust” em Outros Continentes .....	639
4.1. A “Fiducie” em Québec .....	639
4.1.1. A Legislação Anterior a 1994.....	639
4.1.2. A Nova “Fiducie Québécoise” – A Noção de Patrimônio por Apropriação e as Partes Envolvidas .....	643
4.1.3. A “Fiducie Québécoise” e sua Compatibilidade com um Ordenamento de “Civil Law” .....	646
4.2. O “Trust” na Escócia .....	648
4.2.1. Breve Notícia Histórica.....	648
4.2.2. Características do “Trust” Escocês .....	650
4.3. O “Trust” Híbrido da África do Sul .....	653
4.4. O Projeto da “Fiducie” Francesa.....	660
4.5. Os Princípios Europeus em Matéria de “Trust” .....	666
5. O “Fideicomiso” da América Latina .....	668
5.1. Introdução .....	668
5.2. Antecedentes Históricos do “Fideicomiso” da América Latina .....	673
5.3. Evolução do “Fideicomiso” na América Latina .....	679
5.4. Definição do “Fideicomiso” Latino-Americano.....	695
5.5. Características Básicas Comuns .....	699
5.6. As Partes do Contrato de “Fideicomiso” – O Fideicomitente ....	705
5.6.1. Considerações Gerais Sobre o Fideicomitente .....	705
5.6.2. Direitos do Fideicomitente.....	708
5.6.3. Obrigações do Fideicomitente .....	714
5.7. As Partes do Contrato de “Fideicomiso” – o Fiduciário.....	716
5.7.1. Considerações Gerais Sobre o Fiduciário .....	716
5.7.2. Direitos do Fiduciário .....	721
5.7.3. Obrigações do Fiduciário .....	725
5.8. As Partes do Contrato de “Fideicomiso” – o Fideicomissário....	733
5.8.1. Considerações Gerais Sobre o Fideicomissário .....	733



5.8.2. Direitos do Fideicomissário .....	737
5.8.3. Obrigações do Fideicomissário .....	741
5.9. Bens Que Podem Ser Afetados Para “Fideicomiso” .....	742
5.10. Modalidades Mais Frequentes De “Fideicomiso” .....	743
5.10.1. “Fideicomiso” Sucessório ou Testamentário.....	743
5.10.2. “Fideicomiso” de Garantia .....	746
5.10.3. “Fideicomiso” de Administração .....	750
5.10.4. “Fideicomiso” de Investimento .....	751
5.10.5. “Fideicomiso” Imobiliário .....	753
5.10.6. “Fideicomiso” Financeiro .....	756
5.10.7. “Fideicomiso” de Seguros.....	756
5.10.8. “Fideicomiso” Público ou Governamental .....	757
5.10.9. “Fideicomiso” de Voto.....	761
5.11. Casos de Proibição do “Fideicomiso” .....	762
5.12. O “Fideicomiso” Frente à Situações de Insolvência e Quebra .....	766
5.13. Extinção do “Fideicomiso” .....	770
6. Um “Anteprojeto de Lei” para a Fidúcia no Brasil .....	776
6.1. A Concepção Legislativa no Brasil e no Universo Anglo-Americano .....	776
6.2. Pressupostos Mínimos de um Anteprojeto sobre a “Fidúcia” ....	777
6.3. Exposição de Motivos.....	779
6.4. Anteprojeto de Lei versando sobre a Fidúcia .....	786
CONCLUSÕES .....	797
ANEXOS .....	819
BIBLIOGRAFIA .....	829